



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 029

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 11 DE ABRIL DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PTB.....	Carlos Simões
PFL.....	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB.....	Antonio Anibelli
PT	Ângelo Vanhoni
PDT	Luiz Carlos Martins
PPS.....	Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMRB.....	Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB.....	Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

DIÁRIO Nº 029

25ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	02
Nota de Desagravo Público	03
Expediente:	
Ofícios	03
Requerimentos	03
Projetos de Lei	12
Grande Expediente:	
Dep. Luciana Rafagnin	17
Sr. José Paulo (Pres. Unicafe)..	17
Horário das Lideranças:	
Liderança do Bloco PP/PSB	
Dep. Reni Pereira	19
Liderança do PT	
Dep. Tadeu Veneri	20
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	21
Discussão / Votação:	
3ª Discussão	21
2ª Discussão	22
1ª Discussão	22
Requerimentos	25
Encerramento da Sessão	26

025ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 025ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 2006

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelo Sr. Deputado André Vargas e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Nelson Justus, Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Vanderlei Iensen (42). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Arlete Caramês, Geraldo Cartário, Alexandre Curi, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Luiz Fernandes da Silva Litro, Padre Paulo Campos, Ratinho Júnior e Waldir Leite (10); em licença médica a Sra. Deputada Elza Correia (01); e em viagem representativa o Sr. Deputado Neivo Beraldin (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito que o Sr. 1º Secretário faça a leitura de uma Nota de Desagravo Público da Ordem do Advogados do Brasil, Seção do Paraná.

Peço ao Dr. Dirceu Galdino Cardin, Presidente da Câmara de Direitos e Prerrogativas da OAB/PR e ao advogado Alexandre Silvério, que fiquem em pé para a leitura da Nota de Desagravo Público e o Ofício nº 086/06, que foram encaminhados a esta Casa.

Nota de Desagravo Público:

O SR. 1º SECRETÁRIO (André Vargas)
(Lê):

NOTA DE DESAGRAVO PÚBLICO

A Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, em cumprimento à deliberação unânime de sua Câmara de Direitos e Prerrogativas adotada na 2ª Sessão Ordinária de 26 de setembro de 2003, tendo em vista o disposto no parágrafo 5º do artigo 7º da Lei nº 8906/94, c/c o artigo 18 do Regulamento Geral do EAOAB, vem a público para:

I - desagravar o advogado Alessandro Silvério, por ter sido ofendido no exercício profissional pelo Deputado Estadual Neivo Beraldin, Presidente da CPI do Banestado, fatos esses retratados nos Autos de Desagravo nº P-11/03, cuja conduta ofende o artigo 7º, XVII e parágrafo 5º, do Estatuto da Advocacia e da OAB;

II - manifestar a solidariedade da classe ao advogado ofendido, registrando que, nos termos do artigo 133 da Constituição Federal, o advogado é indispensável à administração da Justiça;

III - repelir qualquer tentativa de autoridade que implique em tratamento incompatível à dignidade da advocacia e que viole o dever de urbanidade, respeito e consideração recíprocos exigíveis e os direitos assegurados aos advogados no artigo 7º, da Lei 8906/94;

IV - repudiar, com toda veemência, a tentativa da autoridade de humilhar o advogado perante a comunidade jurídica em que atua e perante seus Pares;

V - alertar que a Ordem não se curvará diante das ofensas às prerrogativas do advogado, porque elas pertencem ao cidadão; este fala por meio da voz do advogado;

VI - reafirmar que a OAB/PR prosseguirá intransigente na defesa da classe, pugnando pelo respeito e pela valorização dos profissionais da advocacia paranaense.

Curitiba, 11 de abril de 2006.

(a) DIRCEU GALDINO CARDIN

Presidente da Câmara de Direitos e Prerrogativas

OFÍCIO Nº 086/06-CPD

Processo P-11/03

Curitiba, 11 de abril de 2006.

Senhor Presidente:

Tornamos do conhecimento de V. Exa. a Nota de Desagravo deferida pela Câmara de Direitos e Prerrogativas da Ordem dos Advogados do Brasil, em favor do advogado Alessandro Silvério, e lavrada nos autos de Pedido de Desagravo em epígrafe, nos termos que dispõe o artigo 7º, parágrafo 5º, da Lei 8906/94 c/c artigo 18 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil.

Assim, solicitamos que a referida Nota seja registrada na ficha funcional do Deputado Estadual Neivo Beraldin.

Atenciosamente,

(a) DIRCEU GALDINO CARDIN

Presidente da Câmara de Direitos e Prerrogativas

Expediente:**Ofícios**

OFÍCIO 163/06-GAB

Curitiba, 11 de abril de 2006.

Senhor Presidente:

Tendo em vista a convocação recebida do Tribunal Marítimo do Rio de Janeiro, para prestar depoimento referente à CEI criada por esta Assembléia, para o acompanhamento dos trabalhos de limpeza da baía de Paranaguá e Antonina, por mim presidida, justifico minha ausência na Sessão Plenário do dia de hoje.

Sem mais para o momento, subscrevo-me.

Cordialmente,

(a) NEIVO BERARDIN

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 745

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, mui respeitosamente, REQUERER regime de urgência aos seguintes projetos:

Projeto de Lei nº 602/05, que concede título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Dom Moacyr José Vitti, DAP em 06/12/05;

Projeto de Lei nº 750/05, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Maurício Milani Rua - Maurício Shogun, DAP em 21/02/06;

Projeto de Lei nº 781/05, que concede título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Jonel Chede, CCJ em 08/12/05.

Sala das Sessões, em 11.04.06.

(a) NEIVO BERARDIN

REQUERIMENTO Nº 789

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência à Mensagem nº 024/06, Projeto de Lei nº 163/06, de autoria do Poder Executivo, objetivando alterar dispositivos da Lei nº 14.773, de 5 de julho de 2005, através da qual foi determinada a isenção do ICMS, nas contratações de demanda de potência de energia.

Sala das Sessões, em 11.04.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 788

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência à Mensagem nº 023/06, Projeto de Lei nº 162/06, de autoria do Poder Executivo, dispondo sobre o ajuste orçamentário no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) ao orçamento da SEAB - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Sala das Sessões, em 11.04.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 790

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência à Mensagem nº 025/06, Projeto de Lei nº 164/06, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre um ajuste e uma conversão de fontes de recursos no valor de R\$ 2.628.556,00 (dois milhões, seiscentos e vinte e oito mil, quinhentos e cinquenta e seis reais), ao orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Sala das Sessões, em 11.04.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 791

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência para a Mensagem nº 026/06, Projeto de Lei nº 165/06, de autoria do Poder Executivo, solicitando autorização para utilização dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, e a abertura de um Crédito Adicional no valor de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais).

Sala das Sessões, em 11.04.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 792

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência para a Mensagem nº 027/06, Projeto de Lei nº 166/06, de autoria do Poder Executivo, solicitando autorização para a abertura de créditos adicionais no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) aos orçamentos das Secretarias de Estado da Educação, da Saúde, da Justiça e da Cidadania e do Desenvolvimento Urbano.

Sala das Sessões, em 11.04.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 777

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os

projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 11.04.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 734

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 145/06, de autoria deste Parlamentar, apresentado na Sessão Plenária do dia 29 de março do ano corrente.

Sala das Sessões, em 11.04.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 787

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, SOLICITA os bons ofícios da Mesa Executiva desta egrégia Assembléia, para que seja autorizada a sua ida a Paranaguá, no dia 12 de abril, quarta-feira, às 15h, para proferir palestra no Colégio Comercial Alberto Gomes, com o tema: Aspectos Históricos do Paraná.

Sala das Sessões, em 11.04.06.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO Nº 793

Senhor Presidente:

O Líder do Partido dos Trabalhadores, Deputado Ângelo Vanhoni, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do duto Plenário, seja concedido o horário do Grande Expediente, na quarta-feira, dia 26 de abril próximo, para o Sindicato dos Trabalhadores da Educação no Paraná - APP, por motivo de comemoração do aniversário de fundação da entidade.

Sala das Sessões, em 11.04.06.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

No dia 26 de abril se comemora o aniversário de fundação do sindicato dos professores, e por este motivo requer-se um espaço na Sessão daquele dia, para homenagear a categoria.

REQUERIMENTO Nº 794

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER utilização do Grande Expediente da Sessão do dia 16 de maio do corrente ano, para a realização de Sessão Solene em homenagem aos oitenta anos do Instituto de Engenharia do Paraná.

Sala das Sessões, em 11.04.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

IEP - Instituto de Engenharia do Paraná, a mais antiga das entidades da engenharia paranaense, e a ter-

ceira do país, chega aos oitenta anos com uma invejável folha de serviços prestados ao desenvolvimento e à causa paranaense, e se consolida, a cada ano que passa, sua presença na sociedade.

A criação do IEP, em 6 de fevereiro de 1926, foi resultado do esforço de um grupo de denodados engenheiros que, com visão de futuro, perceberam que a defesa dos interesses da classe precisava de uma Associação que, congregando os engenheiros, uniria forças para a conquista de seus direitos e deveres. Naquela época, o exercício da profissão de engenheiro estava relegado a segundo plano, pois não havia legislação que protegesse a classe da intromissão de leigos e práticos e até curiosos em uma atividade altamente especializada, como é a engenharia e a arquitetura em todos os seus campos de atuação.

Foi preciso que o IEP empreendesse uma zampinha persistente junto aos órgãos públicos, tanto no Legislativo quanto no Executivo para que a classe de engenharia obtivesse o reconhecimento que sua atividade exige.

Assim, tanto em 1926, como em 1931, já no início do Era Vargas, o IEP, tendo à frente seu Presidente Honorário, Engenheiro Plínio Alves Monteiro Tourinho, apresentou a primeira lei reguladora do exercício profissional da classe, a Lei nº 2384, de 10 de março de 1926, acompanhada no Congresso Legislativo do Estado do Paraná pelo Deputado Estadual. Hernani Nogueira Zaina e promulgada pelo Presidente do Estado do Paraná Caetano Munhoz da Rocha.

Em 1931 é editada nova lei, o Decreto nº 14, de 02 de janeiro de 1931, também de autoria do Presidente Honorário do IEP e promulgada pelo General Mário Alves Monteiro Tourinho, na qualidade de Governador Provisório do Estado do Paraná.

Este esforço de nossos pioneiros na luta pelos direitos da classe e a própria história do IEP nada mais são do que uma luta constante de seus membros pela defesa da engenharia.

IEP e a UFPR têm praticamente uma história paralela, pois o Instituto foi concebido em uma das salas do histórico prédio da Universidade, na praça Santos Andrade, apenas 13 anos e poucas semanas depois que no prédio da UFPR, um grupo de ilustres paranaenses criou a mais antiga universidade brasileira. No prédio da UFPR, cujas colunas foram incluídas na fachada anos mais tarde, foi fundado o IEP, em 1926.

Apenas 13 anos e algumas semanas depois de sua fundação em 19 de dezembro de 1912 - a então Universidade do Paraná foi berço da mais antiga instituição da engenharia de nosso Estado: o Instituto de Engenharia do Paraná (IEP), cuja certidão de nascimento começou a ser lavrada às cinco horas e trinta minutos da tarde de 6 de fevereiro de 1926, em uma das salas da Faculdade de Engenharia, no histórico, prédio da Praça Santos Andrade (então Praça Santa Terezinha), hoje símbolo da Cidade de Curitiba.

Aquela sede teve sua pedra fundamental lançada pelo Governador do Estado, Carlos Cavalcanti, em 31 de agosto de 1913 e começou a funcionar já no ano seguinte.

Foi em uma de suas salas, no também histórico 6 de fevereiro de 1926, que um grupo de engenheiros criou o IEP. Lá estavam, de acordo com a Ata da Sessão, o Diretor da Faculdade de Engenharia, Plínio Alves Monteiro e seus colegas.

Afonso Augusto Teixeira de Freitas, Carlos Ross, Ademaro Munhoz, Abacílio Fulgêncio dos Reis, Durval de Araújo Ribeiro, Alexandre Gutierrez Beltrão, Eduardo de Carvalho Chaves, Francisco Ferreira Pereira, Artur Xavier Moreira, Juvêncio Correia de Araújo, Eduardo Fernando Chaves, Raul de Azevedo Macedo, Djalma Maciel, Roberto Pimentel, Rafael Klier D'Assunção, Joaquim Sampaio Neto, Emílio Müller Neiva de Lima, João Paz Raymundo Filho, João Teodoro de Andrade Assunção, Osvaldo Pereira de Lacerda, Sebastião Gomes de Faria Júnior, Newton Balster Viana, José Brasil Valério, Gabriel de Souza Aguiar, Gastão Chaves, João Cândido Filho, Luiz Ciruelos, Acrísio Lago Marques, Ivaí Martins, Caio Graco Pereira, Lúcio Pereira Júnior, Dario Derigint, Artur Lins de Vasconcellos Lopes, Frederico Perracini, Sérgio Valério, Algacyr Munhoz Maeder, Ângelo Lopes, Walter Scott de Castro Velloso, Arnaldo Isidoro Beckert, José Maria Carneiro de Loiola, Agnelo Ribeiro Ribas, Máximo Azinelli, Olívio Mieli e Altamiro Nunes Pereira, além dos acadêmicos de engenharia Benjamin Mourão, Ari Saldanha da Costa, Hipérides Zanello, Alberto Paz e Carlos Schultz.

REQUERIMENTO Nº 770

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de voto de pesar à família do Sr. Antônio Pedroso Mendes, avô do ex-Prefeito do município de Mato Rico, Sr. Marcel Jairo Mendes, que no dia 10 de abril de 2006, deixou-nos.

O tempo não apaga a dor trazida por perda dessa magnitude. Fica uma grande lacuna em nossas vidas pela falta dos amigos queridos, pai carinhoso, marido atencioso, filhos amados, espaço que ninguém poderá ocupar. Só nos resta guardar bons momentos vividos e orar pela paz e conforto de toda família que ficará com eterna saudade.

Enviamos aos familiares nossos votos de profundo pesar e sinceras condolências pela perda irreparável dos entes queridos.

Sala das Sessões, em 11.04.06.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 776

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do soldado da Patrulha Escolar, Cleber Machado.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário esta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.04.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 727

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, da aprovação e envio de votos de congratulações aos funcionários dos Correios do Paraná, pelos trinta e seis anos do ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, ocorrido em 20.03.06.

Tal congratulação é merecida, pois os Correios do Paraná estão em primeiro lugar, no quesito eficiência laborativa e gerencial, entre as agências dos demais estados brasileiros.

E também por desenvolver um belo projeto de responsabilidade social, intitulado de "Sucata de Malotes é Transformada em Artesanato", coordenado pelo Diretor-Adjunto, Sr. Areovaldo Alves de Figueiredo.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência aos homenageados no endereço: Rua João Negrão, nº 1.251, 4º andar, Curitiba - Paraná - Brasil; CEP: 80.002-900.

Sala das Sessões, em 11.04.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 728

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações a todos os professores da Escola Municipal Rolândia, localizada na cidade de Curitiba, pelos relevantes serviços prestados a toda comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 11.04.06.

(a) MAURO MORAES

REQUERIMENTO Nº 740

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Prefeito de Paranaguá, Exmo. Sr. José Baka, em razão da implantação de regime integral em dez (10) escolas daquele município, beneficiando 6000 crianças. Com votos extensivos à Sra. Neusa Mary Machado, Coordenadora do Projeto Sentinela de Paranaguá, cujo projeto é modelo nacional de atendimento a crianças e adolescentes em Paranaguá.

No dia 29 de março de 2006, em reunião da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente, quando se discutiam os problemas da exploração sexual infantil em Paranaguá, constatou-se que o Município e o Projeto Sentinela vêm

realizando importante trabalho na área de educação na tentativa de minimizar a situação.

Os problemas existem, mas é preciso enaltecer que também há trabalho na tentativa de reverter o quadro, razão pela qual a signatária e a Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente não podem deixar de parabenizar o Prefeito e sua equipe.

Sala das Sessões, em 11.04.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 771

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa sejam enviados votos de congratulações ao Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, Conselheiro Heinz Herwig, bem como ao Procurador-Geral do Ministério Público do Paraná, Milton Riquelme de Macedo, e ao Procurador Olympio de Sá Sotto Maior Neto, parabenizando os mesmos pela união das instituições referidas para a fiscalização dos direitos da criança e do adolescente.

O Tribunal de Contas do Paraná e o Ministério Público do Paraná assinaram convênio de fiscalização das questões referentes à infância e à juventude.

O Ministério Público, representado pelo Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente, definiu com o Tribunal de Contas, parceria inédita no país, com o objetivo de defender os direitos da infância e da adolescência.

O acordo prevê a fiscalização da efetiva destinação de verbas para esta faixa etária nas prefeituras e no Governo estadual. A base é o princípio da prioridade absoluta (artigo 227 da Constituição Federal).

O Estatuto da Criança e do Adolescente também determina a destinação, de forma privilegiada, de recursos necessários à consecução de programas e ações estabelecidos em favor das crianças e adolescentes (artigo 4º).

O convênio permitirá fiscalizar com maior rigor a lei com relação à população infanto-juvenil, estimada em quarenta milhões de carentes e abandonados no Estado.

Sala das Sessões, em 11.04.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 768

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Capitão Leônidas Marques, pela comemoração, no próximo dia 28 de abril de 2006, de seus 42 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Exmo. Sr. Claudiomiro Quadri, Prefeito Municipal; ao Vice-Prefeito, José Odair Campigotto,

bem como a todos os Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Capitão Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 11.04.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com grande satisfação que queremos, através desta proposição, parabenizar toda a população de Capitão Leônidas Marques, na data tão significativa em que estará comemorando mais um aniversário de sua emancipação política.

Capitão Leônidas Marques, cidade que ainda é jovem, já se transformou numa das mais progressistas do Oeste do Paraná, graças aos seus administradores e seu povo que continuam dando o melhor de seus esforços para o completo desenvolvimento do Município.

Associa-se o Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, às homenagens que serão prestadas ao povo trabalhador e honesto na data festiva dos 42 anos da emancipação política do Município.

REQUERIMENTO Nº 769

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Guaratuba, pela passagem de seus 235 anos de emancipação política, no próximo dia 29 de abril/06.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Miguel Jamur, Prefeito Municipal; ao Sr. Everson Ambrósio Kravetz, Vice-Prefeito Municipal, bem como a todos os Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Guaratuba.

Sala das Sessões, em 11.04.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A população de Guaratuba estará, no próximo dia 29 de abril, comemorando com júbilo os seus 235 anos de emancipação política.

Cumprimentamos efusivamente seu povo honesto e trabalhador que continua ao longo desses anos colaborando para o constante progresso do Município.

Homenageamos também com esta proposição seus administradores de todos os tempos que sempre acreditaram e acreditam como nós, que é somente através do trabalho que se obtém segurança para um futuro melhor.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, sente-se orgulhoso em parabenizar toda a população de Guaratuba que continua dando o melhor de seus esforços em favor do bem comum.

REQUERIMENTO Nº 779

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações, à Sra. Obe-reides de Souza Bandeira, pelos seus quarenta anos dedicados ao ensino de jovens e crianças nas escolas públicas, na elaboração de teatros e jograis instrutivos, dedicando-se o Coral e à Orquestra Lírio dos Vales com afínco e alegria.

Sala das Sessões, em 11.04.06.

(a) VANDERLEI IENSEN

REQUERIMENTO Nº 785

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE o registro nos Anais da Assembléia de voto de congratulações ao Regimento de Cavalaria Coronel Dulcídio, sediado no Tarumã, em Curitiba, sob comando do competente Coronel Roberson Bonderuk, pelo trabalho realizado com trinta crianças especiais, e outros tantos adultos deficientes, através da técnica de “equoterapia”.

Pedimos ainda, que este elogio seja anotado na ficha funcional do fisioterapeuta, soldado William de Andrade Veiga, responsável pelo desenvolvimento do elogiado projeto. Para tal, esta Assembléia Legislativa deve oficial ao Sr. Coronel Nemésio Xavier, ilustre comandante da PM.

Sala das Sessões, em 11.04.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Hoje, só trinta crianças e outros trinta adultos, fazem a importante “equoterapia” - que estimei quando Prefeito de Curitiba. Os resultados são surpreendentes, inclusive com progressos próximos de cura.

Este registro faz-se importante num momento em que toda a sociedade reflete sobre as desigualdades e preconceitos contra os deficientes, através da Campanha da Fraternidade da Igreja Católica.

Seja este requerimento enviado ao Sr. Coronel Roberson Bondaruk, no Quartel Coronel Dulcídio, à Rua Konrad Adenauer, 1166, Tarumã, Curitiba, CEP: 82.820-540, ou pelo fax (41) 3367-1556. Ao soldado William Veiga à Rua Konrad Adenauer, 1166, Tarumã, Curitiba, CEP: 82.820-540. Ao arcebispo de Curitiba, Dom Moacir Vitti, Rua Jaime Reis, 369 Alto São Francisco - CEP: 80.510-010.

REQUERIMENTO Nº 775

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, moção honrosa ao Hospital Veterinário da Universidade Estadual de Londrina.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esta instituição à sociedade paranaense e brasileira, conforme segue relatório das atividades em anexo.

Requer ainda, que seja dado ciência ao Diretor do Hospital, Professor Dr. Wilmar Sachetin Marçal, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.04.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 730

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo à Sra. Jacqueline Micali.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esta senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência à homenagem, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.04.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 741

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Saúde, Exmo. Sr. Cláudio Xavier, solicitando a promoção contínua de campanhas de controle de doenças sexualmente transmissíveis, bem assim o credenciamento de hospitais para atendimento de mulheres e menores de idade vítimas de violência sexual.

O IML funciona em horários determinados e nem sempre há plantão para atendimento de vítimas de violência sexual. Cabe ainda salientar que, a exemplo do que ocorre em Curitiba, o ideal é que as mulheres e as crianças vitimizadas seja atendidas em hospitais, onde a acolhida dessas pessoas é mais humana.

A capacitação nos hospitais infantis é a melhor solução para o atendimento das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

Sala das Sessões, em 11.04.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 742

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado Exmo. Sr. Roberto Requião, bem como ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, solicitando dos mesmos a realização de força-tarefa no município de Paranaguá, para combater a exploração sexual infantil, bem assim a manutenção da estrutura da operação safra durante todo o ano.

Em 29 de março de 2006, foi realizada reunião da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente, com a participação do Prefeito de Paranaguá, Exmo. Sr. José Baka, bem como de diversas autoridades, conforme notas taquigráficas apensas.

Nessa oportunidade ficou claro que a estrutura de segurança pública tem que ficar mais presente no município de Paranaguá, evitando a concentração de exploradores de menores.

Segundo declarações das autoridades locais, há falta de viaturas e efetivo da Polícia Militar para apoiar o trabalho do Conselho Tutelar.

Seria ingênuo acreditar que o problema da prostituição será resolvido. Contudo, é fundamental ofertar segurança àquelas famílias que querem ver seus filhos e filhas livres desse mal.

Foi destacado, ainda, que o bairro Valadares, com 22.000 habitantes, tem o maior índice de problemas com drogas em Paranaguá e a manutenção da solicitada força-tarefa e da operação safra realizaria trabalho repressivo e preventivo nessa área.

Sala das Sessões, em 11.04.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 731

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado de Obras Públicas, Exmo. Sr. Luiz Dernizo Caron, encaminhando cópia do Ofício nº 051/06, emitido pelo Gabinete do Vereador de Londrina, Roberto Fú, uma vez que a responsabilidade pelo imóvel em questão é do Governo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 11.04.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 732

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado de Obras Públicas, Exmo. Sr. Luiz Dernizo Caron, encaminhando cópia do Ofício nº 052/06, emitido pelo Gabinete do Vereador de Londrina, Roberto Fú, uma vez que a responsabilidade pelo imóvel em questão é do Governo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 11.04.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 749

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ao Comando da Polícia Militar do Paraná e ao Comando do Corpo de Bombeiros, pedindo o imediato afastamento do 3º Sargento José Mar-

ques, lotado no Siate de Rolândia, e abertura de inquérito para apuração de agressão ao ancião Geraldo Borges, no último dia 01 de abril, quando ambos se envolveram num pequeno acidente de trânsito, sem maiores consequências.

Requer ainda seja enviada à família Borges, voto de solidariedade desta Casa pelo lamentável fato que atinge aos Direitos Humanos e ao Estatuto do Idoso.

Sala das Sessões, em 11.04.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Apoiamento:

Barbosa Neto.

JUSTIFICATIVA:

A agressão feita pelo 3º Sargento PM José Marques, lotado no Corpo de Bombeiros de Rolândia, sofrida pelo ancião Geraldo Borges, de 75 anos, por motivo banal de envolvimento em um pequeno acidente de trânsito sem nenhum agravo para ambas as partes, não justifica de maneira alguma a atitude violenta de quem deveria promover a segurança e, mais que isso, o respeito ao idoso.

Foi, sem dúvida, um gesto indigno, que mancha a honra da Polícia Militar do Paraná e da corporação do Corpo de Bombeiros, do Siate, que existe para bem servir a comunidade, sem discriminação. Foi um gesto covarde, condenável sob todos os aspectos e que fere diretamente aos direitos humanos e aos direitos do idoso.

REQUERIMENTO Nº 752

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, SOLICITA ao Sr. Governador do Estado que determine à TV Educativa a produção de um seriado de 25 programas de 5 minutos cada sobre o tema “Tropeiros do Paraná”, a ser gravado em Rio Negro, Campo do Tenente, Lapa, Porto Amazonas, Palmeira, Ponta Grossa, Castro, Piraí do Sul, Jaguariaíva, Sengés, e Passo do Itararé, em complemento à rota turística “Rota dos Tropeiros”, exitoso programa de promoção de produto turístico local do atual Governo.

Sala das Sessões, em 11.04.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

“O que não se faz, não existe”. O professor Márcio Assad se dispõe a promover a pesquisa, a orientação de temática, e apresentação do seriado, sendo sua participação sem custo, de forma a estimular a crescente identidade, para o Turismo e a Cultura, da Rota dos Tropeiros.

O referido professor foi secretário de Turismo e Cultura da Lapa, tem farta experiência na área e é turismólogo empenhado na criação do produto turístico “Rota dos Tropeiros”.

Uma programação assim, será utilíssima a partir de junho até outubro deste ano à grade da TV Paraná Educativa.

Seja este requerimento encaminhado ao Prefeito de Rio Negro, Alceu Ricardo Swarowski, Rua Juvenal Fer-

reira Pinto, 2070, CEP: 83.880-000; ao Prefeito da Lapa, Miguel Lourenço Horning, Pça. Mirazinha Braga, 87, CEP: 83.750-000; ao Prefeito de Campo do Tenente, Reinaldo Afonso Pereira, Av. Miguel Komarchewski, 900, CEP: 83.870-000; ao Prefeito de Porto Amazonas, Miguel Tadeu Sokulski, Rua Guilherme Schiffer, 67, CEP: 84.140-000; ao Prefeito de Palmeira, Altamir Sanson, Pça. Mal. Floriano Peixoto, 11, CEP: 84.130-000; ao Prefeito de Ponta Grossa, Pedro Wosgrau Filho, Av. Visconde de Taunay, 950, CEP: 83.255-000; ao Prefeito de Castro, Moacyr Elias Fadel Júnior, Pça. Kaled, 22, CEP: 84.165-000; ao Prefeito de Piraí do Sul, Velentim Zanello Miléo, Pça. Alípio Domingues, 34, CEP: 84.240-000; ao Prefeito de Jaguariaíva, Paulo Homero da Costa Nanni, Pça. Dr. Domingos Cunha, 35, CEP: 84.200-000; ao Prefeito de Sengés, Walter Juliano Dória, Tv. Senador Souza Naves, 95, CEP: 84.220-000; ao Sr. Márcio Assad, Av. Dr. Manoel Pedro, 2069 - Lapa/PR, CEP: 83.750-000; ao Diretor da TV E, Marcos Batista - Júlio Pernetta, 695, CEP: 80.810; à Secretária da Cultura, Vera Mussi, Rua Ébano pereira, 240, CEP: 80.410-240; ao Secretário do Turismo Celso Caron, Rua Deputado Mário de Barros, 1290, 3º andar, CEP: 80.530-913; ao Presidente do Paraná Turismo, Herculano Lisboa, Rua Deputado Mário de Barros, 1290, 3º andar, CEP: 80.530-913; ao Secretário de Estado da Educação; à Diretora da Empresa Curitiba Fashion Art. Nereide Michel, Rua Antônio Martins de Araújo, 134, CEP: 80.210-050; à Presidente do Provo-par, Lúcia Arruda, Rua Dr. Muricy, 950, CEP: 80.020-040; Jorge Demiate, Rua Estevão Bayão, 211, ap. 201, CEP: 80.240-260.

REQUERIMENTO Nº 753

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia Legislativa, que seja encaminhado ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Educação a proposição de adoção pelo projeto Fera da experiência pedagógica “Aprendiz de Tropeiro”, realizado na Lapa, ao centro histórico e na área rural - sítio Centelha de Luz -, de forma que crianças de escolas públicas passem a usufruir das informações e dos bens culturais ali disponibilizados.

Sala das Sessões, em 11.04.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A vivência infantil da História do Tropeirismo pode ser valiosa para a compreensão da História do Paraná e do Brasil.

Escolas particulares do Paraná e de Santa Catarina, têm vindo à Lapa, para estas experiências, ao custo de R\$ 35,00 por aluno, por dia de vivência pedagógica, como “Aprendiz de Tropeiro”, incluídas as lições, o serviço de guia de turismo dentro da Lapa, e a refeição típica.

Para contato está disponível o professor Márcio Assad, fone (41) 9986-1011, e (41) 8833-2550 que já foi Secretário de Cultura e Turismo da Lapa, Pesquisador e

Consultor de Turismo e de Hotelaria é Diretor da Turis-lapa Empreendimentos Turísticos.

Seja este requerimento encaminhado ao Sr. Prefeito da Lapa, Miguel Lourenço Horning, Pça. Mirazinha Braga, 87, CEP: 83.750-000; ao Sr. Márcio Assad, Av. Dr. Manoel Pedro, 2069 - Lapa/PR, CEP: 83.750-000; ao Diretor da TV E, Marcos Batista - Júlio Pernetta, 695, CEP: 80.810-110; à Secretária da Cultura, Vera Mussi, Rua Ébano Pereira, 240, CEP: 80.410-240; ao Secretário do Turismo Celso Caron, Rua Deputado Mário de Barros, 1290, 3º andar, CEP: 80.530-913; ao Presidente do Paraná Turismo, Herculano Lisboa, Rua Deputado Mário de Barros, 1290, 3º andar, CEP: 80.530-913; ao Secretário de Estado da Educação; à Diretora da Empresa Curitiba Fashion Art. Nereide Michel, Rua Antônio Martins de Araújo, 134, CEP: 80.210-050; à Presidente do Provo-par, Lúcia Arruda, Rua Dr. Muricy, 950, CEP: 80.020-040; Jorge Demiate, Rua Estevão Bayão, 211, ap. 201, CEP: 80.240-260.

REQUERIMENTO Nº 755

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Chefe da Casa Civil, Exmo. Sr. Dr. Rafael Iatauro, solicitando providências ao exposto em anexo pelo servidor da Sanepar, Sérgio Lovato, ressaltando que o mesmo está sendo vítima de coação moral e retaliação política.

Sala das Sessões, em 11.04.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 756

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Diretor-Presidente da Sanepar - Companhia de Saneamento do Paraná, Sr. Stênio Sales Jacob, solicitando providências ao exposto em anexo pelo servidor da Sanepar, Sérgio Lovato, ressaltando que está sendo vítima de coação moral e retaliação política.

Sala das Sessões, em 11.04.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 757

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado de Segurança Pública Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, solicitando proteção para vida da Sra. Dulcelina da Silva Santos, residente na rua Kazuo Miyazaki, 318, Conjunto Renascer, em Alvorada do Sul, que está sendo ameaçada de morte por alguns malfeitores.

Vale ressaltar que o risco que esta senhora está correndo é um fato público no município de Alvorada do Sul.

Sala das Sessões, em 11.04.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 758

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Procurador Geral do Estado, Exmo. Sr. Dr. Sérgio Botto de Lacerda, solicitando providências ao exposto em anexo pelo servidor da Sanepar, Sérgio Lovato, ressaltando que o mesmo está sendo vítima de coação moral e retaliação política.

Sala das Sessões, em 11.04.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 764

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de Moção de Desagravo ao Deputado Estadual José Ferreira, em razão da agressão moral em Arapongas, sofrida por parte de autoridade do Poder Executivo Estadual, o Secretário de Estado da Educação, Maurício Requião, durante a Convenção do PMDB Jovem, no último dia 8, em Arapongas, conforme transcreveu o jornal Tribuna do Norte, cópia em anexo.

Sala das Sessões, em 11.04.06.

(aa) JOCELITO CANTO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, DURVAL AMARAL, MARCOS ISFER, RATINHO JÚNIOR, LUIZ CARLOS MARTINS, ADEMAR TRAIANO, BARBOSA NETO, NELSON JUSTUS ANDRÉ VARGAS, VALDIR ROSSONI, ADEMIR BIER, JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, ELIO RUSCH, RENI PEREIRA, WALDIR LEITE, CIDA BORGHETTI, ARLETE CARAMÊS e AILTON ARAÚJO.

REQUERIMENTO Nº 765

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças, e considerando ainda, que em reunião desta Comissão, realizada em 05 de abril do corrente, foi aprovado o Parecer do Sr. Deputado Tadeu Veneri, (cópia anexa), relator do Projeto de Lei nº 799/05, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 070/05 (cópia anexa). Para tanto, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Chefe do Poder Executivo, para que informe os quesitos elencados.

Sala das Sessões, em 11.04.06.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 744

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Procurador-Geral do Ministério Público no Estado do Paraná, Dr. Milton Riquelme de Macedo, solicitando cópia para documentação sobre procedimentos investigatórios, que estão em trâmite na Promotoria de Defesa do Patrimônio Público da Comarca de Londrina, referentes ao envolvimento da Rádio Paiquerê - AM, no caso intitulado "AMA COMURB" (desvio dos valores de forma indevida originados da venda de parte das ações da Sercomtel para o enriquecimento político de agentes públicos, políticos, particulares e, inclusive, órgãos de imprensa), e de seus proprietários, representantes legais, diretores e subordinados.

Caso os procedimentos investigatórios já tenham sido concluídos e direcionados à Justiça, que seja informado em que órgão jurisdicional se encontra a referida documentação.

Sala das Sessões, em 11.04.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 782

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Fazenda, Dr. Heron Arzua, solicitando informações no sentido de nos repassar relação das 20 (vinte) empresas que, atualmente, mais recolhem ICMS aos cofres públicos do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 11.04.06.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 783

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Fazenda, Dr. Heron Arzua, solicitando informações no sentido e nos repassar os dados que explicam qual o montante da arrecadação do ICMS, ano por ano, no período compreendido entre 1.993 até 2.005, inclusive.

Sala das Sessões, em 11.04.06.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 784

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, vem REQUERER a constituição de Comissão Especial formada por 7 (sete) Deputados (as), por um prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, para levantar dados e informações acerca da grave situação em que se encontram as

fazendas Boito, no município de Matelândia, invadida pelo MST, a Fazenda de Semente Syngenta, no município de Santa Tereza do Oeste, invadida pelo Movimento Via Campesina, conhecida como Fazenda Experimental e de Pesquisa no plantio de soja transgênica, a Fazenda Refopas e a Fazenda Keli, ambas no município de Cascavel e também invadidas pelo MST.

Sala das Sessões, em 11.04.06.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento se justifica em função da grave situação das fazendas citadas, devido às invasões, conforme noticiado pela imprensa permanente. Considerando a existência dos Mandados de Reintegração de Posse, e ainda, o descaso por parte do Governo, que não cumpriu os referidos mandados e nem mesmo se manifestou a respeito.

Para tanto, contamos com o devido apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO Nº 786

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, à Procuradoria de Justiça e a Corregedoria do Ministério Público, expediente de encaminhamento de Ata e Relatório Final sobre Audiência Pública desta Comissão de Direitos Humanos, da Cidadania e Defesa do Consumidor da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, realizada no último dia 06 de abril de 2006, no plenário da Câmara Municipal de Piraí do Sul, onde foi debatida a situação criada com a interdição do Lar das Meninas Oricena Vargas, naquela cidade, atingindo direitos das crianças e das adolescentes internas daquela Casa Abrigo.

Requer ainda, sejam enviadas à Prefeitura Municipal de Piraí do Sul, à Câmara Municipal de Vereadores, ao Ministério Público local e à Senhora Juíza de Direito da Comarca, cópias dos documentos encaminhados para ciência do Relatório Final e Ata da Audiência Pública referida.

Sala das Sessões, em 11.04.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

A Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Paraná, esteve reunida com representantes da sociedade civil em Piraí do Sul para debater as consequências sofridas pelas crianças e adolescentes internas com a medida judicial que interditou a Casa Abrigo Lar das Meninas Oricena Vargas e concluiu que houve excesso e precipitação no Relatório da Vigilância Sanitária, considerando extremamente severo em relação ao ambiente e às condições físicas do prédio, bem como precipitação do Ministério Público no encaminhamento da questão, baseando-se nesta vistoria e em laudo do Conselho Tutelar sem base jurídica e de metodologia duvidosa.

Foram tomados dezenas de depoimentos, visitação *in loco* dos membros da Comissão ao Lar e também ao novo abrigo improvisado pela administração municipal e constatado que este não re une melhores condições que o local interditado. Assim como, ouvida a Promotora Dra. Maria Luiza Correia de Melo, Conselheiros do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, do Secretário Municipal de Assistência Social, Assistentes Sociais, internas, ex-internas e funcionários do Lar Oricena Vargas, para ter uma visão imparcial da situação gerada pela ação judicial.

A busca da verdade, acompanhada pelos Deputado Jocelito Canto e Plauto Miró Guimarães, culminou com os documentos ora encaminhados e pedimos que esta Casa, após ouvido o douto Plenário, encaminhe os referidos documentos.

REQUERIMENTO N  733

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, solicitando informações quanto a forma que estão sendo constr  dos os muros das instituições estaduais de ensino, e se há a possibilidade de trocá-los, nos casos que os muros do tipo vazado - com pilares de concreto - estão facilitando a passagem de drogas para os alunos.

Sala das Sessões, em 11.04.06.

(a) BARBOSA NETO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI N.  182/06.

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1  Fica instit  da a Política Estadual de Fomento   Economia Popular Solidária no Estado do Paraná – Ecos, que tem por diretriz a promoção da Economia Popular Solidária e o desenvolvimento de grupos organizados autogestionários de atividades econ micas, de forma a integrá-los no mercado e a tornar suas atividades auto-sustentáveis, por meio de programas, projetos, parcerias com a iniciativa privada, convênios e outras formas admitidas em lei.

Art. 2  A Economia Popular Solidária constitui-se de iniciativas da sociedade civil que visam à geração de produto ou serviço, por meio da organização, da cooperação, da gestão democrática, da solidariedade, da distribuição eqüitativa das riquezas produzidas coletivamente, da autogestão, do desenvolvimento local integrado e sustentável, do respeito ao equilíbrio dos Ecossistemas, da valorização do ser humano e do trabalho e do estabelecimento de relações igualitárias entre homens e mulheres.

Art. 3  A Política Estadual de Fomento   Economia Popular Solidária tem os seguintes objetivos:

I - gerar trabalho e renda;

II - apoiar a organização e o registro de empreendimentos da Economia Popular Solidária;

III - apoiar a introdução de novos produtos, processos e serviços no mercado;

IV - promover a agregação de conhecimento e a incorporação de tecnologias nos empreendimentos da Economia Popular Solidária;

V - reduzir a vulnerabilidade e prevenir a falência dos empreendimentos;

VI - consolidar os empreendimentos que tenham potencial de crescimento;

VII - proporcionar a associação entre pesquisadores, parceiros e empreendimentos;

VIII - estimular a produção intelectual sobre o tema, como estudos, pesquisas, publicações e material didático de apoio aos empreendimentos da Economia Popular Solidária;

IX - criar e consolidar uma cultura empreendedora, baseada nos valores da Economia Popular Solidária;

X - educar, formar e capacitar tecnicamente as trabalhadoras e os trabalhadores dos empreendimentos da Economia Popular Solidária;

XI - integrar os empreendimentos no mercado e tornar suas atividades auto-sustentáveis;

XII - articular Municípios, Estados e União, visando uniformizar e articular a legislação;

XIII - constituir e manter atualizado um banco de dados, com o cadastro dos empreendimentos de Economia Popular Solidária que cumpram os requisitos desta Lei.

Art. 4  Para a consecui  o dos objetivos da Ecos, o poder público propiciar  aos empreendimentos de Economia Popular Solidária, na forma do regulamento:

I - acesso a espaços físicos em bens públicos estaduais;

II - equipamentos e maquinário de propriedade do Estado para produção industrial e artesanal;

III - assessoria técnica necessária   organização, produção e comercialização dos produtos e serviços, assim como   elaboração de projetos de trabalho;

IV - serviços temporários, em áreas específicas, tais como contabilidade, "marketing", assistência jurídica, captação de recursos, gestão empresarial, planejamento estratégico, gestão ambiental, recursos humanos, técnicas de produção, contratos com financiadores, contatos com instituições de pesquisa científica e mercadológica;

V - cursos de capacitação, formação e treinamento de integrantes dos empreendimentos de Economia Popular Solidária nas áreas referidas no inciso anterior;

VI - incubação em incubadoras de empresas;

VII - convênios com órgãos públicos, nas três esferas de governo;

VIII - entidades e programas internacionais;

IX - acesso a centros de pesquisa e a empresas brasileiras para consolidação de vínculo de transferência de tecnologia;

X - suporte técnico e financeiro para recuperação e reativação de empresas por trabalhadores, em regime de autogestão;

XI - suporte jurídico e institucional para constituição e registro dos empreendimentos de Economia Popular Solidária;

XII - apoio na realização de eventos de Economia Popular Solidária;

XIII - apoio financeiro e fomento à constituição de patrimônio, na forma da lei;

XIV - linhas de crédito especiais nos agentes financeiros públicos federais, estaduais, municipais, internacionais e privados, com taxas de juros e garantias diferenciadas, adequadas aos empreendimentos de Economia Popular Solidária, bem como a adaptação das linhas de crédito existentes, com base estrutural em microfinanças solidárias;

XV - apoio para comercialização;

XVI - participação em licitações públicas estaduais.

§ 1º - A utilização de espaços, equipamentos e maquinários públicos sujeita os empreendimentos de Economia Popular Solidária às regras de uso previstas nos termos da permissão de uso, que conterà as obrigações dos permissionários.

§ 2º - É vedada a cobrança de taxas para participação nos cursos a que se refere o inciso V deste artigo.

§ 3º - Será exigida a frequência mínima estabelecida nos cursos a que se refere o inciso V deste artigo, para manutenção dos benefícios e permanência do grupo na Ecos.

§ 4º - O apoio para comercialização, a que se refere o inciso XV deste artigo consiste na busca de alternativas para comercializar e divulgar a produção dos empreendimentos, mediante o apoio à instalação de centros de comércio e de feiras, o incentivo à introdução de novos produtos e serviços no mercado interno e externo e o auxílio à articulação de redes de agentes que promovam o consumo solidário e o comércio justo.

§ 5º - Os cursos, o apoio técnico, jurídico e financeiro, os serviços temporários e a incubação em empresas deverão observar os princípios e conceitos que regem a Economia Popular Solidária de que trata esta Lei.

§ 6º - O poder público poderá firmar convênio, contrato ou outra forma de ajuste administrativo admitida em lei com os Municípios, a União, governos estrangeiros e entidades privadas para a consecução dos objetivos desta Lei, na forma da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 5º São características dos empreendimentos de Economia Popular Solidária:

I - a produção e a comercialização coletivas;

II - as condições de trabalho salutar e seguras;

III - a proteção ao meio ambiente e a todas as formas de vida;

IV - a equidade de gênero;

V - a não-utilização de mão-de-obra infantil;

VI - a transparência na gestão dos recursos e a justa distribuição dos resultados;

VII - a prática de preços justos, sem maximização de lucros nem busca de acumulação de capital;

VIII - a participação dos integrantes na formação do capital social do empreendimento;

IX - a participação dos integrantes nas deliberações, na forma do parágrafo único do art. 6º. desta Lei.

§ 1º - Consideram-se empreendimentos de Economia Popular Solidária as empresas de autogestão, as cooperativas, as associações, os pequenos produtores rurais e urbanos, os grupos de produção e outros que atuem por meio de organizações e articulações locais, estaduais e nacionais.

§ 2º - Os empreendimentos de Economia Popular Solidária trabalharão prioritariamente em rede, abrangendo a cadeia produtiva, desde a produção de insumos até a comercialização final dos produtos.

§ 3º - Para os fins desta Lei, uma rede de produção integra grupos de consumidores, de produtores e de prestadores de serviços, para a prática do consumo solidário, com o reinvestimento de parte do excedente obtido pelos produtores e prestadores de serviços na própria rede, diminuindo o volume e o número de itens a serem adquiridos no mercado formal.

Art. 6º Consideram-se empresas de autogestão, para os efeitos desta lei, os grupos organizados preferencialmente sob a forma de sociedade cooperativa, podendo ser adotadas as formas de sociedade por cotas de responsabilidade limitada, de associação civil e de sociedade anônima, atendidos os seguintes requisitos:

I - organização autogestionária, caracterizada pela propriedade em comum dos bens de produção e pela observância dos critérios definidos no art. 4º;

II - gestão da entidade exercida pelos integrantes de forma coletiva e democrática;

III - adoção de modelo de distribuição dos resultados econômicos proporcionais ao trabalho coletivamente realizado.

Parágrafo único - Para os efeitos desta Lei, a gestão democrática da empresa pressupõe:

I - a participação direta e indireta dos associados em todas as instâncias decisórias, por meio de voto em assembleias ou institutos similares específicos e legais, em eleições e na representação em conselhos;

II - a garantia de voto do associado, independentemente da parcela de capital que possua;

III - a rotatividade de, no mínimo, um terço dos integrantes dos órgãos decisórios - diretoria e conselhos a cada mandato;

IV - a contratação eventual de trabalhadores não associados limitada a, no máximo, 10% (dez por cento) do total de trabalhadores associados;

V - a adoção do trabalho como base para o sistema de remuneração e de distribuição dos resultados.

Art. 7º O empreendimento de Economia Popular Solidária interessado em usufruir os benefícios instituídos por lei, no ato de sua inscrição no órgão responsável pela Ecos, deverá:

I - registrar-se, informando a forma associativa adotada, o número de seus integrantes, a forma adotada para as deliberações do grupo, o endereço da sede ou do local onde se reúnem;

II - apresentar, se já em funcionamento, relatório que contenha a descrição do processo de produção adotado, a natureza e a capacidade de distribuição e comercialização do produto e outras informações consideradas necessárias;

III - apresentar, se em processo de constituição, projeto de trabalho que contenha o detalhamento da atividade a ser desenvolvida e dos recursos de que disponha;

IV - apresentar declaração de que seus integrantes têm mais de 18 (dezoito) anos e não estão empregados no mercado formal de trabalho, comprovada mediante a apresentação da Carteira de Trabalho, exceto no caso de aprendizes;

VI - apresentar declaração de que seus integrantes são domiciliados no Estado do Paraná.

§ 1º - Poderá habilitar-se a participar da Ecos grupo ainda não constituído legalmente que se comprometa a apresentar seu registro legal no prazo de dois anos contados de sua inscrição, desde que atenda ao disposto nos arts. 4º e 6º e apresente projeto possível de se adequar aos requisitos da Ecos.

§ 2º - Mediante a apresentação de requerimento fundamentado, poderá ser prorrogado o prazo previsto no § 1º deste artigo.

§ 3º - O tempo de permanência do grupo na Ecos será de dois anos, prorrogável pelo mesmo período.

§ 4º - Verificada qualquer informação falsa, o grupo infrator sujeitar-se-á às penas cabíveis e à imediata suspensão de sua participação na Ecos, se nela já houver ingressado, ressalvados os direitos da ampla defesa e do contraditório.

Art. 8º Os empreendimentos de Economia Popular Solidária serão registrados no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou na Junta Comercial.

Parágrafo único - Os empreendimentos cujas atividades impliquem geração de ICMS serão inscritos no órgão fazendário estadual, no qual receberão classificação específica.

Art. 9º São considerados agentes executores da Ecos:

I - o Governo do Estado, por meio de seus órgãos e entidades;

II - os Municípios, por meio de seus órgãos e entidades;

III - as Universidades e instituições de pesquisa;

IV - o Governo Federal, por meio de seus órgãos;

V - as organizações não governamentais;

VI - os agentes financeiros que disponibilizem linhas de crédito para os empreendimentos;

VII - as entidades públicas e privadas, sem fins lucrativos, que atuem segundo os objetivos desta Lei;

VIII - as entidades internacionais que trabalhem com o conceito de empresa de autogestão democrática e de economia solidária.

Parágrafo único - Os agentes executores da Ecos integrarão ações e adotarão estratégias, metodologias e instrumentos comuns de apoio aos empreendimentos.

Art.10. Fica criado o Conselho Estadual da Economia Popular Solidária - Cecos, composto paritariamente por representantes do poder público estadual e das entidades civis afetas ao desenvolvimento da Economia Popular Solidária, vinculado à Secretaria de Estado de Emprego, Trabalho e Promoção Social.

§ 1º - O Cecos será composto por doze membros, nomeados pelo Governador do Estado para um mandato de dois anos, permitida uma recondução por igual período, sendo os representantes das entidades civis eleitos em conferência convocada para esse fim, sob a coordenação da Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social.

§ 2º - O Cecos será presidido por um de seus membros, eleito para mandato de um ano, permitida a recondução por igual período em regime de alternância entre membros indicados pelo Poder Executivo e membros indicados pelas entidades civis;

Art. 11. Compete ao Cecos:

I - aprovar a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária;

II - definir os critérios para a seleção dos programas e projetos a serem financiados com recursos do Fundo Estadual de Fomento ao Desenvolvimento da Economia Popular Solidária e para o acesso aos benefícios previstos nesta Lei;

III - definir os critérios para a concessão do Selo de Economia Solidária;

IV - acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos financiados pelo Fundo a que se refere o inciso II;

V - acompanhar e avaliar os programas de fomento aos empreendimentos de Economia Popular Solidária desenvolvidos pelos órgãos e entidades públicos do Estado;

VI - definir mecanismos para facilitar o acesso dos empreendimentos de Economia Popular Solidária aos serviços públicos estaduais;

VII - buscar garantias institucionais para que os empreendimentos de Economia Popular Solidária possam participar das licitações públicas;

VIII - propor mecanismos de estabelecimento de incentivos fiscais para os empreendimentos de Economia Popular Solidária;

IX - desenvolver mecanismos e formas para facilitar o acesso dos empreendimentos de Economia Popular Solidária a recursos públicos;

X - propor alterações na legislação estadual relativa à Economia Popular Solidária;

XI - constituir, regulamentar e fiscalizar as atividades do Comitê Certificador a que se refere o art. 13;

XII - elaborar seu regimento interno.

Art. 12. O Conselho Estadual da Economia Popular Solidária terá uma Secretaria Executiva, vinculada à Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social.

Art. 13. Fica instituído o Selo de Economia Solidária, para identificação, pelos consumidores, do caráter solidário e ecológico dos insumos, da produção, da industrialização, do transporte e da comercialização dos produtos.

Art. 14. O Cecos constituirá um Comitê Certificador, constituído, paritariamente, por representantes dos produtores e das entidades de defesa dos direitos do consumidor e de assessoria a empreendimentos de Economia Popular Solidária.

Art. 15. Compete ao Comitê Certificador:

I - emitir e conceder o Selo de Economia Solidária;

II - credenciar entidades locais de inspeção para acompanhamento dos empreendimentos de Economia Popular Solidária;

III - elaborar um manual de procedimentos para certificação, a ser adotado pelas entidades locais de inspeção, para orientação aos empreendimentos de Economia Popular Solidária e verificação do cumprimento desta Lei para a obtenção do Selo de Economia Solidária;

IV - cancelar a certificação, em caso de descumprimento dos requisitos desta Lei;

V - gerenciar banco de dados cadastrais de empreendimentos certificados;

VI - constituir uma equipe técnica para avaliação dos pedidos de credenciamento, mediante análise de documentos e inspeção local, se necessário.

Art. 16. A participação efetiva no Cecos e no Comitê Certificador não é remunerada, sendo considerada função pública relevante.

Art. 17. O Cecos elaborará seu regimento e o regulamento do Comitê Certificador no prazo de noventa dias após sua posse.

Art. 18. O Fundo Estadual de Fomento ao Desenvolvimento da Economia Popular Solidária será criado por lei específica, no prazo de cento e vinte dias contados da data da publicação desta Lei.

Art. 19. O Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 20. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 11.04.06.

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

A economia solidária como concepção de desenvolvimento sustentável deve ocupar ponto central na estratégia a ser desenvolvida pelo Governo Federal e pelos Estados, difundindo, a fim de promover as finanças solidárias, as redes de produção, comercialização e consumo, reconstruindo cadeias produtivas a ponto de consolidar esse vigoroso instrumento como uma opção de desenvolvimento econômico para o País, democratizando o conhecimento e a tecnologia.

A presente proposição visa a afirmar a importância da economia solidária como opção estratégica para o desenvolvimento econômico nacional e não apenas como geradora de trabalho e renda. De fato, o movimento crescente da sociedade brasileira, marcado pelo anseio por mudanças, é expressão da progressiva constituição de uma nova fase histórica em nosso País, que pode efetivamente promover transformações estruturais em favor das grandes majorias a partir do atendimento de demandas imediatas e concretas.

As organizações de economia solidária são parte dessa construção histórica e como tal devem ser compreendidas em seu elevado potencial, e não apenas como formas marginais de atender a demandas de consumo e produção. Para tanto, algumas ações tornam-se necessárias: em primeiro lugar, é preciso fortalecer as diversas formas de economia solidária praticadas no Brasil, particularmente em nosso Estado, em razão dos seus benefícios sociais e ecológicos, de sua capacidade de geração de trabalho, renda e promoção do bem-estar das pessoas; em segundo lugar, trata-se de transformar com a lógica da economia solidária o conjunto das práticas de produção, comercialização e serviço inscritas no universo da economia informal e que, embora não apareçam nas estatísticas oficiais, garantem atualmente, em condições precárias a subsistência de milhões de excluídos; em terceiro lugar, transformar, com a lógica da economia solidária os milhares de microempresas endividadas ou em processo falimentar, que, ao fecharem suas portas, agravam a situação de desemprego e exclusão social.

Ao criar o Selo de Economia Solidária busca-se instituir um elemento identificador dos empreendimentos que privilegiam a autogestão do trabalho, a justa distribuição da riqueza produzida coletivamente, o consumo ético, o respeito ao equilíbrio dos Ecossistemas e à diver-

sidade de culturas, aspecto essencialmente caracterizador do paranaense.

E, é por isso que o Ministério do Trabalho e Emprego inventariou milhares de cooperativas de trabalho no campo e nas cidades e está intensificando a qualificação da população de baixa renda, estruturando a Economia Solidária - com apoio técnico das incubadoras às cooperativas de produção e com o apoio das linhas de crédito e microcrédito, oferecidas pelo FAT e FGTS (fundos de poupança dos trabalhadores) - criando redes e centros públicos para a comercialização dos produtos para que possam ser inseridas no mercado, como também, o M.T.E. com parceria do BNDES está apoiando com linhas de financiamento empresas recuperadas e administradas por autogestão dos trabalhadores. Tais políticas, se não forem implementadas, continuaremos vendo a população morando em áreas de risco sem perspectiva de serem incluídas socialmente.

O governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, vem operando recursos da economia solidária originários do Fat, do MDS e da Secretaria da Pesca, bem como o governador Roberto Requião destinou recursos do tesouro estadual para que o Provopar aplique na organização da Economia Solidária. Também tem feito isso a Secretaria de Estado da Agricultura, do Desenvolvimento Urbano e o BRDE.

Mas precisamos ir além. Transformando isso em políticas públicas integradas e sistêmicas. Por isso o Paraná precisa aprovar uma lei de apoio à Economia Solidária, ajudar a instalar centros públicos de comercialização da rede de Economia Solidária, fazer um grande esforço para a criação de Fóruns Regionais de Crédito e Qualificação e de Fundos de Aval, construir parcerias entre os poderes públicos para adquirir produtos e favorecer o setor em relação às taxas e impostos de competência estadual, fornecer equipamentos e terrenos para a instalação dos empreendimentos, orientar as Universidades estaduais no sentido de dar apoio técnico ao setor, pois vai a gerar trabalho e melhorar o nível de renda da população. Isso deve agregar valor aos orçamentos públicos em decorrência do fortalecimento do mercado interno.

Por essas razões, conclamo os nobres pares a aprovar a presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 183/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Fruticultores de Uraí - Auva, com sede e foro no município de Uraí, no Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.04.06.
(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Fruticultores de Uraí é uma entidade civil, sem fins lucrativos, constituída em 23 de agosto de 2001.

Foi fundada com a finalidade de criar serviços próprios para representar, defender, amparar, orientar, coligar e instituir as pessoas físicas e jurídicas que representa; defender perante os órgãos competentes, tratamento específico para os fruticultores associados; criar serviços próprios que possam promover o transporte, o beneficiamento, o armazenamento, a classificação e outros serviços necessários à produção e servir de assessoria ou representante dos associados na comercialização de insumos de uso comum; adquirir das indústrias e atacadistas, mercadorias e produtos de uso comum, distribuindo-os aos seus associados; e promover a venda da produção dos itens comuns aos associados no mercado interno e externo dentro do melhor padrão de qualidade.

A Associação realiza reuniões mensais para discutir problemas pertinentes à cultura e produção, buscando as melhores soluções para seus associados. Organiza "Dia de Campo" com a presença de um agrônomo ou técnico agrícola especializado no cultivo da uva, para ministrar palestras que orientem os produtores na utilização de insumos, maneiras de adubação, combate às pragas e doenças da uva. Busca contratos e negociações com empresas idôneas para a venda do produto.

Com o objetivo de angariar verbas para aquisição de maquinários a serem usados pelos associados, tem apresentado projetos junto à Emater.

Entre outras atividades, participa de exposição agrícola, apresentando e vendendo seus produtos, além de fazer doações para escolas e entidades municipais e particulares.

Desta forma, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa instituição a favor da comunidade uraiense.

PROJETO DE LEI Nº 184/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Cooperativa de Trabalho e Estudo na Área da Toxicomania, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.04.06.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Nobres Srs. Parlamentares, tenho a honra de apresentar a Jera - Cooperativa de Trabalho e Estudo na Área da Toxicomania, entidade sem fins lucrativos, que orga-

niza e mantém iniciativas para a redução dos riscos e danos causados pelo uso indevido do álcool e outras drogas. Além disso, desenvolve ações na área do tratamento, prevenção, estudo e pesquisa das drogas.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 185/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública Estadual o Instituto Andres Kasper, com sede e foro na cidade de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.04.06.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Nobres Srs. Parlamentares, tenho a honra de apresentar o Instituto Andres Kasper, entidade sem fins lucrativos, que muito vem contribuindo com o desenvolvimento do Município de Campina Grande do Sul, estimulando e executando projetos de assistência social, moral, cívica, saúde, meio ambiente, e assim, buscando o desenvolvimento da sociedade.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente.

No Grande Expediente concedo a palavra à Deputada Luciana Rafagnin.

Deputada Luciana Rafagnin (PT)

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Solicitei o Grande Expediente deste dia para acompanhar e conhecer um pouco mais do que é a Unicafe. Quero desde já agradecer ao Presidente Hermas Brandão por ter nos cedido este espaço na manhã de hoje, para que pudéssemos fazer uma audiência pública que foi solicitada pela Unicafe. Também quero agradecer aos Deputados André Vargas, Pedro Ivo, Elton Welter, Duílio Genari, Cida Borghetti, Augustinho Zucchi, Barbosa Neto, que compareceram à audiência. Foram vários Deputados que prestigiaram, além da abertura da audiência que foi presidida pelo Presidente Hermas Brandão.

Agradeço muito ao Presidente pela abertura da Casa para que aqui pudessem se manifestar as várias entidades que defendem a agricultura familiar, de uma

maneira muito especial, um espaço bastante utilizado pela Unicafe, que solicitou a audiência pública.

Também quero agradecer a todos os funcionários da Casa que nos auxiliaram pela manhã. E dizer que mais do que ninguém para falar com muita propriedade do que é a Unicafe e também falar um pouco da audiência pública que aconteceu hoje pela manhã, convida o Presidente Nacional da Unicafe, Sr. José Paulo, para que possa explanar para todos os Deputados o que significa e como foi criada a Unicafe. E dizer que foi uma alegria muito grande presidir essa audiência pública com a presença de muitas pessoas, muitas entidades aqui representadas. E acredito que o saldo foi muito positivo, principalmente porque há uma abertura na questão de negociação e acredito que este foi um saldo muito produtivo mesmo.

Convido o Sr. José Paulo para que faça uso deste espaço.

Sr. José Paulo - Presidente da Unicafe

O SR. JOSÉ PAULO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A Unicafe - União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária, surge depois de três anos de caminhada, de organização. Iniciamos os primeiros passos com o chamado Fórum Nacional do Cooperativismo de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária, no ano de 2001. Depois de uma caminhada longa, junto com diversas organizações do Brasil inteiro, no ano de 2004 realizamos um encontro nacional onde deliberou pela criação da Unicafe. E por que surgiu a Unicafe?

Surgiu justamente por conta da ausência do acesso ao crédito aos agricultores e agricultoras familiares por conta da dificuldade do cooperativismo; acesso à assistência técnica; por conta da dificuldade de acesso ao mercado seja ele nacional ou internacional; para congregar e articular as cooperativas da agricultura familiar do Brasil inteiro. Temos no Brasil, hoje aproximadamente 25 mil cooperativas. E destas, apenas sete mil estavam na organização das cooperativas brasileiras. E temos um conjunto de cooperativas que estavam desarticuladas no Brasil inteiro. Também, por conta da legislação defasada que temos hoje, seja no cooperativismo, seja na legislação sanitária e também na legislação previdenciária. Esses motivos fizeram com que a Unicafe, as cooperativas comessem a fazer essa caminhada, essa discussão nos encontros regionais.

Com esses encontros foram realizados também encontros estaduais e constataram que estes problemas, não é um problema dessa ausência que falei aqui do acesso ao crédito, do acesso à assistência técnica, da legislação, não era apenas um problema do Nordeste, do Norte, mas era um problema que estava presente no país inteiro. Daí a necessidade que nos dias 20, 21 e 22 de julho de 2005 fosse constituída a Unicafe nacional. E

logo em seguida a criação da Unicafes Paraná, onde temos o Presidente, aqui, que vem numa demonstração da necessidade desse trabalho, que já começa a dar frutos para as duzentas cooperativas que estão fazendo parte da Unicafes Paraná.

Basta ver o trabalho que está sendo desenvolvido no Estado, através do Programa PSH Rural, a construção de habitações rurais. Hoje, estamos chegando a aproximadamente cem milhões de reais para a agricultura familiar através do Pronaf, através das cooperativas de crédito do sistema Cresol.

Temos o trabalho desenvolvido, aqui no Estado, através da comercialização e está sendo criado a nível nacional a rede de assistência técnica, que estará presente também aqui no Estado.

É por tudo isso que nós, hoje pela manhã, estivemos presentes nesta Casa e queremos agradecer à Deputada Luciana, ao Presidente da Assembléia Legislativa, a todos os Deputados pela sensibilidade e atenção, o carinho que tiveram para conosco, dado a necessidade de avançarmos numa legislação cooperativista atualizada, que venha de fato cumprir as suas finalidades que é da inclusão social, da geração de rendas, da geração de oportunidades de trabalho, da agregação de valor através da produção dos agricultores e agricultoras familiares e da economia solidária.

Com esse espírito, com essa abertura, com esse pensamento, com essa esperança foi que mais de mil trabalhadores estiveram presentes nesta Casa hoje, para debatermos. E obtivemos a sinalização do Senador Osmar Dias que está disposto a negociar. Com este objetivo queremos contar com o apoio desta Casa para que possa continuar acompanhando as discussões que terão continuidade no dia 17 na Assembléia Legislativa de Goiânia, e no dia 18, reuniões com os Senadores e finalmente com a votação que está prevista para o dia 19 na Comissão de Agricultura do Senado.

Esperamos que aquilo que está sendo sinalizado, não possa ter nenhum recuo porque talvez para muita gente é difícil imaginar a importância que tem hoje a agricultura familiar e a economia solidária na economia deste país.

Representamos hoje mais de 10% do PIB brasileiro, mais de 35% do PIB agropecuário. E não podemos ser relegados a segundo plano. Não podemos deixar de ouvir os reclames desse conjunto de trabalhadores e trabalhadoras que querem construir uma sociedade mais justa, mais fraterna, mais igualitária. É com este objetivo que nós, da Unicafes do Brasil inteiro, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, estamos buscando esse diálogo permanente com os Deputados e Deputadas, com a sociedade como um todo, pensando que este é o caminho que devemos trilhar. Vendo que a cada dia que a sociedade aumenta, que cresce a população, que as tecnologias que são empregadas na produção, nos mais diversos sistemas de produção reduz a mão-de-obra trabalhadora. É preciso também pensarmos as mais diver-

sas alternativas da geração de renda, na geração de oportunidades de trabalho e na distribuição de riqueza. É com este objetivo, é com este pensamento que quero finalizar as minhas palavras agradecendo a oportunidade e continuarmos à disposição.

Muito obrigado a todos.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT)

Sr. Presidente, só queria parabenizar o Presidente Nacional da Unicafes José Paulo, que esteve presente acompanhando toda audiência pública hoje pela manhã. Agradecer à presença de todos os Deputados desta Casa e também a presença que tivemos, aqui, do Deputado Estadual de Santa Catarina e as caravanas de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Mas, a maior representação era do nosso Estado. E também parabenizar o Ademir da Lazen, que é o Presidente da Unicafes Paraná e que vem conduzindo muito bem esse trabalho, Foi importante a audiência e o mais importante é o resultado. Abriu-se uma porta para negociação.

Estivemos conversando com o Senador Osmar Dias, com o Senador Suplicy que acompanham esse projeto. Estivemos conversando com o Senador do Acre e todos estão dispostos a sentar e buscar o entendimento e esperamos que sejam acatadas as 27 emendas que estão sendo trabalhadas.

Claro que mais do que nunca é produtivo dizer que pelo menos deu sinal que vai haver uma audiência pública. Sinalizou para isso a conversa de hoje de manhã e os Deputados que representavam o PDT, Augustinho Zucchi e Barbosa Neto, sinalizaram que vão ter uma audiência com o Senador Osmar Dias e a gente espera, até pelo que o Senador já manifestou no dia de ontem e hoje pela manhã, que está disposto a conversar sobre esse projeto e sobre as emendas apresentadas, inclusive. Já sinalizando para algumas delas e vota favoravelmente. Foram importantes os encaminhamentos dados aqui.

Vai acontecer essa audiência com o Senador Osmar Dias e caravanas vão acompanhar a votação no dia 19, desse Projeto 171, que já tramita há algum tempo. Foi importante a audiência e o resultado dela. As caravanas já voltaram para os seus municípios, para os seus estados e claro que nós, representando a Comissão de Agricultura, estamos à disposição, mas queremos o melhor para as Cooperativas do nosso Estado e do nosso país e o melhor é uma lei que realmente seja ampla e que dê autonomia às nossas Cooperativas.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Esta Presidência quer manifestar a solidariedade a essa luta tão importante, que a organização das Cooperativas, a união dos pequenos em torno das Cooperativas, é a única de competirmos de igual para igual e que os pequenos possam se sentir grandes também.

Parabéns a vocês pela organização e pela luta.

Horário das Lideranças:

Passa-se ao Horário das Lideranças.
Bloco PP/PSB.
Concedo a palavra ao Deputado Reni Pereira.

Liderança do Bloco PP/PSB: Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os jornais de hoje estampam o episódio de ontem em que alguns Parlamentares desta Casa, Deputados Tadeu Veneri e José Maria, tiveram as suas opiniões e os seus mandatos insultados por algumas pessoas que entenderam que o Projeto do Nepotismo seria um projeto de caráter pessoal.

Deputados que cumprem um excelente mandato, com postura e coerência, foram humilhados em público, e também os jornais de hoje, em especial a Gazeta do povo, trazem estampada uma matéria sobre a fronteira do Brasil com o Paraguai e a Argentina. Quando nós a percebemos, num dia como ontem, em que alguns Deputados, no exercício de seu mandato, tiveram a sua vontade, por assim dizer, humilhada, eu quero subir a esta tribuna e dizer que no dia 4 de abril, exatamente há um ano atrás, 4 de abril de 2005, eu, como Deputado representante da fronteira, propus e esta Casa aprovou por unanimidade o envio de expediente ao então recém-empossado Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, solicitando providências no que tange à tríplice fronteira, solicitando que fosse desenvolvido com urgência, um plano alternativo de sustentabilidade aos trabalhadores postos à margem do mercado formal de trabalho, situados na região da tríplice fronteira e diretamente afetados pela crise que assolava Foz do Iguaçu.

No dia de hoje, vimos a Gazeta do Povo dizendo que a falta de planejamento comum empurra a tríplice fronteira para a crise.

Pois bem, nós, Deputados não fizemos planejamento, nós podemos propor e requerer planejamento. Foi isso que nós fizemos há mais de um ano atrás, aqui nesta Casa, e eu vejo com muita alegria o anúncio. Não temos medidas efetivas ainda, mas temos um anúncio por parte do Governo Federal que entende que os municípios de fronteira, em especial Foz do Iguaçu, vêm sofrendo com o desemprego, com o contrabando e com a falta de recursos na saúde e o congestionamento de veículos na Ponte da Amizade.

Foz do Iguaçu, por estar situada nesta zona de fronteira que hoje tem mais de trezentos mil habitantes, atendidos diretamente pelo poder público municipal; uma legião de mais de trezentos mil brasiguaios que nós também citamos aqui na semana passada, que são atendidos na saúde pública de Foz do Iguaçu, a partir de agora, provavelmente terão o socorro do Governo Federal, não só na questão da saúde, mas também na questão do planeja-

mento, desenvolvimento, econômico e urbano da tríplice fronteira.

O comércio informal é o setor econômico que tem sido duramente atingido na nossa fronteira e, também, tem uma relação direta com essa falta de planejamento comum. Principalmente, quando nós tratamos de duas realidades idênticas, que é Foz do Iguaçu que tem uma independência direta e indireta desse comércio e Cidade de Leste. Para reverter essa situação e buscar soluções técnicas discutiam políticas de cidades fronteiriças, ontem na cidade de Foz do Iguaçu.

Entre esses técnicos estava o Secretário do Ministério da Integração Nacional, Carlos Augusto Gadelha, que segundo ele, o Governo Federal está mudando a concepção em relação à fronteira. O Governo está vendo a área de fronteira, não como a área de exclusão para impor barreiras, mas sim, para propiciar a cooperação entre os países como foco no desenvolvimento.

Aqui faço um parêntese, realmente a fronteira do Brasil com o Paraguai sempre foi tratada, a Ponte da Amizade, como elo de ligação e de amizade como o próprio nome diz. Fico feliz de ver que o Governo Federal tem essa concepção de tratarmos conjuntamente de dois pontos que têm uma relação de irmandade e de desenvolvimento econômico.

É isso que nós esperamos do Governo. É isso que eu, como Deputado, tenho proposto, que o Brasil e o Paraguai tenham um desenvolvimento comum. Não separado, não com qualquer tipo de represália seja do lado de cá, seja do lado de lá, que nós temos que levar alternativas.

O Gadelha também se reúne hoje à tarde com o Diretor-Presidente da Itaipu, que também foi citado como omissão, aqui nesta Casa na semana passada, para que a Itaipu Binacional estabeleça uma parceria com o Governo Federal, a fim de fazer de Foz do Iguaçu um modelo de fronteira para que todos, todo o país entenda que quando se quer, pode-se dar prioridade para projetos definidos em conjunto. É para isso que serve o poder público, para propor soluções e integração entre dois povos. É para isso que serve o poder de um Deputado. É para isso que há mais de um ano fiz esse requerimento, que não sei se tem uma correlação direta ou indireta com essa medida anunciada pelo Ministério da Integração Nacional, pelo Governo Federal. Mas, fiz a minha parte e continuarei fazendo em prol de Foz do Iguaçu, dos municípios diretamente afetados pela crise, Santa Teresinha, São Miguel, Medianeira, em prol do Paraná, também, que tem uma correlação direta com esse desenvolvimento da fronteira e em especial as mais de trezentas mil famílias de brasileiros que residem no Paraguai que precisam ver cada vez mais essa irmandade e essa fraternidade, entre o Brasil e o Paraguai.

E qualquer coisa diferente disso, eu discordo.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Consulto o PTB/PL/PMR, PPS, PFL.

(Declinam)

PT. Concedo a palavra ao Deputado Tadeu Veneri.

Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo esta tribuna porque no dia de ontem a Deputada Luciana Rafagnin, o Deputado Elton, que são ligados à agricultura, assim como o Deputado Pedro Ivo fizeram um comunicado à Casa da gravidade que estamos enfrentando neste momento em Paranapoema, onde está havendo uma desocupação de uma área desde 2003, três anos que foi ocupado pelo MST. Uma área que parece-me, teve uma proposta do Incra de regularizá-la em 90, 180 dias. Nessa área estão quinhentas famílias, e ontem foi tentada negociação e não foi possível. O Deputado Elton Welter tentou fazer essa intermediação, assim como outros Deputados aqui da Casa, Deputado Natálio Stica.

Na manhã de hoje a Polícia Militar, com cerca de setecentos a mil policiais começaram a fazer a desocupação. Isso não pôde ocorrer na parte da manhã, foi suspenso durante o horário de meio dia. E as informações que estamos recebendo agora, inclusive, o Deputado Padre Paulo Campos está no local, Dom Ladislau está conversando neste momento com o Governador Roberto Requião. O Secretário da Segurança Pública, a informação que temos é que, segundo ele, não há mais nada a fazer. É preciso que seja feita a desocupação. O que nos preocupa é que essa área é uma área que o seu proprietário está em São Paulo. É uma área ocupada inclusive já com escola. Escola essa que estaria recebendo nesse mês os equipamentos, como livros, móveis. Tememos que possa ocorrer um grande conflito na área a partir dos próximos momentos. Até o final da tarde esperamos ter uma notícia mais confirmada, mais tranqüila com relação a esse processo.

O que nos preocupa é que se encerrou definitivamente qualquer negociação. As informações que temos nos dão conta de uma situação extremamente tensa, grave, com esse número de setecentos a mil policiais cercando a área de Paranapoema para retirar o acampamento que está lá há três anos.

Gostaria de fazer e deixar esse relato. Espero que possamos ter uma negociação, que não ocorram situações trágicas como já aconteceram em outros momentos, inclusive, em outros momentos da história do Paraná.

Outro assunto que me traz à tribuna e agora o Deputado Augustinho Zucchi está presente. Gostaria de me dirigir a V. Exa., porque no dia de hoje há uma nota de uma tentativa que o senhor faz de nós termos a junção ainda da novela da PEC. Mas a junção das duas PECs, a PEC 40 que nós botamos em primeira votação e vamos votar em segundo turno. E daquela mandada pelo Governador. Só gostaria de fazer um esclarecimento e esperei

que o senhor estivesse presente, que ainda que tenhamos essa vontade, não é possível, não só porque o Regimento não permite, mas porque a Constituição não permite.

A PEC - Projeto de Emenda Constitucional diferentemente - eu vi sua entrevista e acho que a sua intenção é louvável. Mas, diferentemente ao projeto, quando a Deputada Luciana Rafagnin e outros Deputados aqui da Casa apresentam sobre transgênico, que depois com a Mensagem do Governo puderam ser apensados. A PEC tem um rito que faz com que ao ser apresentada, ela tenha necessariamente que ser publicada. E quando publicada tem três dias para receber emendas. Após os três dias, não há mais como se fazer emendas. O que tem que se fazer é esperar, aguardar que o vice-Presidente nomeie a partir da indicação dos cinco maiores Partidos, quando da votação, ou seja, PSDB, PFL, PDT, PMDB e PT. Estes cinco Partidos, cada um indica um representante, esses representantes compõem a comissão especial, que tem vinte dias para dar um parecer. Mas, o parecer pode ser na forma de um substitutivo, mas não pode ser apensado à outra PEC que já está em tramitação. Não há como, hoje, legalmente, Não há como.

O Deputado Durval Amaral, que foi Presidente da Comissão que deu o Parecer do Deputado José Maria, não há como, legalmente, ainda que quiséssemos, com todo o esforço que fizéssemos, a Constituição veda a possibilidade de unirmos dois projetos de emenda constitucional, por datas diferentes. Um entrou em maio de 2005 e outro entrou agora em março de 2006. Um já estava, praticamente, com a votação marcada, 48 horas, e o outro entrou e vai ter que passar por todo o rito.

É interessante que coloquemos isto, porque me perguntaram várias vezes - e devem ter perguntado também para V. Exa., Deputado Zucchinho - porque não era possível nós juntarmos. E acho que há esta intenção de muitos Deputados. O que ocorre é que não é possível porque a Constituição não permite. Eu não entendo como possamos fazer alguma coisa que a Constituição não permita. Poderíamos, até, fazer. Um dia um Deputado sugeriu: "Se fizéssemos?" Mas, era para fazer num dia e no dia seguinte uma ação direta de inconstitucionalidade, feita por qualquer pessoa, que derrubaria tudo. E esta não é a intenção, obviamente, de ninguém aqui dentro. Favorável ou contrário, mas não é intenção de ninguém, votar um projeto que depois venha a cair, por um erro - que seria um erro grosseiro - da Assembléia Legislativa.

Então, acho que é preciso fazer este esclarecimento, porque são as duas situações que têm-se apresentado nesses últimos quinze dias: a de unificar a PEC, o que não é possível e a outra é a pergunta: se o Governador poderia ou não vetá-la. O que também não é possível, porque nem o Presidente da República e nem o Governador do Estado podem vetar projeto de emenda constitucional, porque o projeto não depende de sanção do Governador. Quem promulga é o Presidente do Congresso ou o Presidente da Assembléia Legislativa.

Então, só queria fazer este esclarecimento, porque com isto nós vamos entendendo que não há muito o que fazer. Se quisermos votar as duas PEC's, podemos votá-las. Votar esta e votar a outra. E aquilo que a PEC do Governo tiver que acrescentar, dependendo do relator, poderá acatar ou não, poderá fazer um Substitutivo. O prazo poderá ser imediato, poderá ser mais longo - e aí depende de quem faça o relatório - mas, necessariamente terão que ser votadas duas PEC's, naquilo que ela tiver que acrescentar, poderá ser apensada. Naquilo que ela já estiver contemplada, ela estará descartada.

Então, tenho evitando até me manifestar a respeito deste assunto, porque acho que é um assunto polêmico, tratado muitas vezes fora do contexto jurídico e muito mais no contexto nem político, mas emocional, e acho que não é este nosso objetivo. Mas, legal e constitucionalmente, do ponto de vista da comissão, fez o trabalho exatamente como tem que ser feito, tanto que na noite de ontem conversava com um assessor de Deputado, em Brasília, e ele nos passava a informação de que as duas primeiras iniciativas de PEC, feita há dez anos atrás, no Congresso Nacional, foram do Deputado José Genoíno e do ex-Deputado José Dirceu. E que depois sofreram mais de dez ou quinze projetos semelhantes. E todos eles foram anexados e transformados num projeto só, que é o projeto que vai ser votado agora. Só que agora não é possível mais, mesmo no Congresso Nacional, nenhum tipo de emenda. Como não é possível aqui também.

Então, queria fazer este esclarecimento, obviamente que não me dirigindo ao Deputado Zucchinho, exclusivamente, mas por ter visto esta matéria, acho que seria necessário este esclarecimento. Porque como falei, vou repetir mais uma vez: não é possível que nós tenhamos o projeto do Palácio Iguaçu e o projeto da Assembleia unificados num projeto só, porque o prazo para isso se deu há um ano atrás. E se deu, também, na sua nova oportunidade, quando a comissão reunida elaborou, através de seu relator, um Substitutivo que incorporou diversas sugestões e que é o que nós votamos e aprovamos em primeira votação, na terça-feira que passou e vamos votar, provavelmente, na próxima semana, quando o Presidente marcar.

Muito obrigado, Sr. Presidente, eram estes os esclarecimentos que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)
Horário da Liderança da Oposição.
(**Declina**).
Liderança do Governo.
(**Declina**).

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 42 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 163/06, subscrito pelo Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente, justificado sua ausência da Sessão Plenária do dia 11 de abril, em virtude de sua ida a Paranaguá e Antonina para acompanhar os trabalhos de limpeza das baías das referidas cidades, atendendo a convocação recebida do Tribunal Marítimo do Rio de Janeiro. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ofício nº 068/06-CDP, subscrito pelo Presidenta da Câmara de Direitos e Prerrogativas da Ordem dos Advogados do Brasil, Sr. Dirceu Galdino Cardin, constante do expediente, solicitando que seja registrada na ficha funcional do Deputado Neivo Beraldin, Nota de Desagravo deferida pela Câmara de Direitos e Prerrogativas da OAB, em favor do advogado Alessandro Silvério. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Nota de Desagravo Público, subscrita pelo Presidente da Câmara de Direitos e Prerrogativas da Ordem dos Advogados do Brasil, Sr. Dirceu Galdino Cardin, desagravando o advogado Alessandro Silvério, por ter sido ofendido no exercício profissional pelo Sr. Deputado Neivo Beraldin, Presidente da CPI do Banestado. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Alexandre Curi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 787, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando autorização para sua ida a Paranaguá, no dia 12 de abril, quarta-feira, para proferir palestra no Colégio Comercial Alberto Gomes, com o tema: Aspectos Históricos do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª Discussão

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 059/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 011/06, aprovando

abertura de crédito suplementar em obras, no valor de R\$ 115.000,00 (centro e quinze mil reais), ao vigente orçamento da Universidade Estadual do Paraná - Unespar. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CO. COM EMENDA DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Está em votação a emenda, ressalvado o projeto.
Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

Está em votação o projeto.
Deputados que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

2ª Discussão

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 140/05, de autoria do Deputado Carlos Simões. Obrigatoriedade das embalagens de produtos industrializados terem inscrição em Braille. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAICTM. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 714/05, de autoria da Deputada Cida Borghetti, criando o Programa de Combate à Violência Contra a Mulher PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDDMCA. COM EMENDA DA CCJ.

Está em votação o projeto, ressalvada a emenda.
Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado, artigo por artigo.

Está em votação a emenda.
Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovada.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 113/06, de autoria do Deputado Alexandre Curi, declarando de Utilidade Pública o Curitiba Rugby Clube, com sede e foro na cidade de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Está em votação o projeto, ressalvada a emenda.
Deputados, que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado, artigo por artigo.

Está em votação a emenda. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovada.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 125/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, declarando de Utilidade Pública a Fundação Ajudam - Amor Junto da Atividade com os Meninos, com sede e foro no Município de Jaca-

rezinho. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 126/06, de autoria do Deputado Cesar Seleme, declarando de Utilidade Pública a Associação da Melhor Idade Sol de Pontal (Amisolpon), com sede no Balneário de Grajaú, município de Pontal do Paraná e foro no município de Matinhos. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Está em votação a emenda, ressalvado o projeto.
Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovada.** Está em votação o Projeto. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 127/06, de autoria do Deputado André Vargas, declarando de Utilidade Pública a Confederação Brasileira de Ciclismo, com sede e foro na cidade de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Está em votação o Projeto, ressalvada a emenda.
Deputados que aprovam permaneçam como estão, **Aprovado, artigo por artigo.** Está em votação da emenda. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovada.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 132/06, de autoria do Deputado Duílio Genari, declarando de Utilidade Pública a Amutur - Associação dos Municípios Turísticos do Paraná, com sede e foro na Capital do Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 133/06, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, declarando de Utilidade Pública a Ecopolis - Organização Não Governamental, com sede e foro no município de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 258/05, de autoria do Deputado Carlos Simões, dispondo sobre a política estadual para promoção e integração social da pessoa portadora de necessidades especiais. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, CSP E CDHCDC. COM

EMENDA DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 039/05, de 09/05/06)

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 258/05**

P A R E C E R :

O projeto de lei em questão não encontra óbice no âmbito constitucional, visto o que dispõe a Carta Magna:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

(...)

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

(...)

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

(...)

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

Ainda na Constituição Federal, quanto à competência legislativa:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

Destarte, o Estado cumpre sobremaneira sua função quando regulamentar a promoção e integração social das pessoas que possuem necessidades especiais.

Desta forma, opinamos pela constitucionalidade do projeto de lei que ora se apresenta, pelos motivos já expostos.

No que tange à legalidade, o projeto em questão verificou os requisitos da Lei Complementar nº 95/98, não havendo incoerência para a sua aplicação.

Vale aqui sugerir uma emenda supressiva, conforme os artigos 136 e 137 do Regimento Interno desta Casa, para que o artigo 3, inciso II passe a explicitar com maior clareza o que realmente pretendia, conforme a técnica legislativa prevista na Lei Complementar nº 95/98.

Sala das Comissões, em 20.06.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

AILTON ARAÚJO - Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 258/05**

Passa a vigorar o artigo 3º, II, do projeto em questão, com a seguinte redação:

“Art. 3º Para os efeitos desta lei, considera-se:

(...)

II - necessidade especial permanente - aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos;

(...)”

Essa supressão opera-se tendo em vista a soma de um advérbio de negação com um prefixo de negação, o que gerou uma afirmação, dando sentido contrário àquele pretendido pela norma. Do mesmo modo o (;) ponto e vírgula no final do inciso, não deve haver redação posterior, pois a próxima redação será a do inciso seguinte.

Desse modo, o projeto atenderá perfeitamente aos requisitos da Lei Complementar nº 95/98 que dispõe sobre a técnica legislativa e a forma de redação.

Sala das Comissões, em 20.06.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

AILTON ARAÚJO - Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 258/05**

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Carlos Simões, dispõe sobre a política estadual para promoção e integração social da pessoa portadora de necessidades especiais.

Fundamentação

A matéria já recebeu análise, quanto à constitucionalidade da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável à mesma, com emenda supressiva.

Conclusão

O objetivo deste projeto de lei é fazer com que o Estado do Paraná tenha Política Estadual para a Promoção e Integração Social da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais, preocupado com o preconceito e discriminação da sociedade com esses indivíduos e procurando contribuir para melhorar as condições de vida dos portadores de necessidades especiais.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 258/05.

Sala das Comissões, em 29.06.05.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

**COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 258/05**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Carlos Simões, dispõe sobre a Política Estadual para Promoção e Integração Social da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais.

Sobre a matéria, vale salientar que a Comissão de Constituição e Justiça apresentou emenda supressiva, visando a adequação do texto a técnica legislativa, opinando a mesma favorável ao projeto de lei.

Chamada a opinar, esta Comissão de Saúde Pública entende que o projeto proposto objetiva assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais dos portadores de necessidades especiais.

Assim sendo, no âmbito desta Comissão Técnica, conforme o disposto no artigo 33, parágrafo 10 do Regimento Interno, opinamos pela aprovação da matéria, através do parecer favorável ao Projeto de Lei nº 258/05.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.08.05.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

DOBRANDINO DA SILVA - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, DA CIDADANIA E DA DEFESA DO CONSUMIDOR
PROJETO DE LEI Nº 258/05

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Carlos Simões, dispõe sobre a política estadual para promoção e integração social da pessoa portadora de necessidades especiais.

Fundamentação

A matéria já recebeu análise quanto à constitucionalidade da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Conclusão

O objetivo deste projeto de lei é fazer com que o Estado do Paraná tenha política estadual para a promoção e integração social da pessoa portadora de necessidades especiais, que compreende o conjunto de orientações normativas que objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de necessidades especiais.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 17.08.05.

(aa) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 022/06, de autoria do Deputado Nereu Moura, autorizando o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao município de Três Barras do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 004/06, de 20/02/06)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 022/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto, de autoria do Deputado Nereu Moura, tem por finalidade a doação de imóvel do Estado ao município de Três Barras do Paraná, para ser utilizado pela Prefeitura, atendidos os princípios que regem a administração pública.

Legitimidade

A Constituição do Estado diz o seguinte:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de Utilidade Pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

A Constituição do Estado ainda assegura:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Diante dessas previsões constitucionais, verificamos a subsunção do presente projeto ao exigido em lei, uma vez que o beneficiário do imóvel será o município de Três Barras do Paraná, pessoa jurídica de direito público.

Conclusão

O projeto em análise está em perfeita conformidade com a técnica legislativa exigida pela LC 95/98, e é absolutamente legal no tocante à iniciativa e à matéria abordada.

E assim, diante da constitucionalidade do presente projeto, opinamos por sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 21.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 022/06

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 022/06, de autoria do Deputado Nereu Moura, autoriza o Poder Executivo a doar imóvel de sua propriedade, conforme especifica, ao município de Três Barras.

Fica disposto que o imóvel em questão será utilizado pela Prefeitura Municipal de Três Barras, para o fim que esta lhe der, atendidos os princípios que regem a Administração Pública.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, emite seu parecer favorável à proposição na forma apresentada. É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.03.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 048/06, de autoria do Deputado Elio Rusch, concedendo o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Seno Cláudio Lunkes. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **(Publ. no DA nº 006/06, de 22/02/06)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N 048/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei objetiva conceder o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Sr. Seno Cláudio Lunkes.

Fundamentação

Determina o artigo 1º da Lei nº 13.115/01:

Art. 1º O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito só será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao Estado do Paraná e que satisfaça pelo menos dois dos requisitos seguintes:

I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada;

II - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

III - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

IV - ter reputação ilibada ou conduta pessoal e profissional irrepreensíveis;

V - ter em sua biografia registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacionais e da cidadania.

A mesma lei dispõe ainda, em seu artigo 2º, caput e parágrafo 1º, alterado pela Lei nº 14.677/05, o seguinte requisito para a concessão do título:

Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de cidadão honorário ou benemérito do Estado do Paraná.

§ 1º Cada partido político poderá apresentar até 8 (oito) projetos de título de Cidadão Honorário ou Benemérito, à sua escolha, por legislatura.

O limite do partido do ilustre Parlamentar autor do projeto ainda não foi atingido, sendo esse o 5º (quinto) projeto apresentado a esta Casa pelo seu Partido. Não há, portanto, óbice ao projeto.

Com relação à técnica legislativa, o projeto atende os requisitos da Lei Complementar nº 95/98, estando a ela adequado, e é absolutamente legal no tocante à iniciativa e à matéria abordada.

E assim, diante da constitucionalidade do presente projeto, opinamos por sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 21.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

Solicito ao 1º Secretário, Edson Strapasson, que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. NATÁLIO STICA (PT) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, quero registrar a presença em plenário, do Prefeito de Cafezal, Marco Bogas.

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

Esta Casa registra e dá as boas-vindas ao Prefeito.

O SR. 1º SECRETÁRIO **(Edson Strapasson)**
(Procede à chamada dos Srs. Deputados)

Sr. Presidente, 42 Deputados votaram.

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

Solicito aos Deputados Pastor Edson Praczyk, Duílio Genari e Mauro Moraes para que procedam ao escrutínio dos votos.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Sr. Presidente, peço a palavra.

Sr. Presidente, apenas para justificar a ausência do Deputado Padre Paulo que está na região Noroeste do Paraná, em uma área de conflito de terras. Ontem e hoje está sob um processo de tensão, porque há uma ação de despejo que pode ser executada a qualquer momento.

Então, o Deputado está lá atendendo e tentando mediar o conflito.

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

Esta Presidência quer comunicar aos Srs. Deputados que a Sessão de amanhã será às 9h30.

O SR. 1º SECRETÁRIO **(Edson Strapasson)**

Sr. Presidente, resultado da votação: 41 votos SIM; 01 voto NÃO; nenhum branco, nenhum nulo.

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

Está aprovado o projeto.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 764, de autoria dos Deputados Jocelito Canto, Plauto Miró Guimarães, Durval Amaral e demais Deputados, constante do expediente. Em discussão.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB) **(Pela Ordem)**

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 784, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (PT) **(Pela Ordem)**

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos n°s 790 a 792, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. Em discussão.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) **(Pela Ordem)**

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 726, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 727, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 728, de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 730 a 734, 755 a 758, 774 a 776, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 740 a 742, 771 e 777, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 745, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 749, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, com apoio do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 752, 753, 758 e 794, de autoria do Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 765, 782 e 783, de autoria do Deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 768 e 769, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 770, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 779, de autoria do Deputado Vanderlei Iensen, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 786, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 788 e 789, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 793, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. VANDERLEI IENSEN **(Pela Ordem)**

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 12, às 9h30min, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 113, 126, 127 e 132/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 258, 714/05, 022 e 048/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 034, 081, 112, 142 e 079/06.

Levanta-se a Sessão.

